MOTIVAÇÕES DETERMINANTES NA ESCOLHA DO PERFIL DO ADOTADO

Flaviana Fernandes MANCINI¹
Dhenifer Larissa SILVA¹
Joyce Gomes CAMAPUM²
joyce.camapum@fag.edu.br

RESUMO

A escolha do perfil do adotado por pretendentes é um processo complexo, influenciado por diversos fatores, tais como o desejo de formar uma família, a infertilidade, o altruísmo e a intenção de proporcionar um futuro melhor à criança. Aspectos como idade, gênero, saúde, a presença de irmãos e a história de vida da criança são cautelosamente considerados. Esse estudo teve como objetivo compreender as motivações que guiam essa escolha. A pesquisa foi realizada de forma remota através da plataforma Google Meet, e contou com a participação de duas pessoas de trinta anos. Os principais resultados obtidos na pesquisa indicaram que as motivações pessoais e emocionais foram predominantes na decisão dos adotantes, com ênfase na vontade de criar um ambiente familiar acolhedor. Além disso, os participantes relataram a importância de fatores como a adaptação da criança à nova família e o desejo de promover um desenvolvimento saudável. Foi identificado, portanto, quatro eixos temáticos que serão discutidos: 3.1 Motivações para Adoção, 3.2 Flexibilidade e Expectativas no Processo de Adoção, 3.3 Preparo Emocional e Desafios da Adoção, e 3.4 Questões de Vida e Rotina Familiar. Em conclusão, a pesquisa confirmou que as motivações para a escolha do perfil do adotado são multifatoriais, refletindo uma combinação de fatores emocionais, práticos e sociais. Essas informações são fundamentais para entender melhor o processo de adoção e podem contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que apoiem adotantes e adotados.

Palavras-chave: Adoção. Vínculo. Filiação. Processo familiar.

Acadêmicos (as) do 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário FAG¹

Orientador² Possui graduação em Psicologia pela Universidade Paranaense(2014), especialização em Psicanálise Clínica: de Freud a Lacan pela Pontificia Universidade Católica do Paraná(2021), especialização em Relações Familiares e Intervenções Psicossociais pela Universidade Paranaense(2017). Atualmente é professora do Centro Universitário Assis Gurgacz, e do Centro de Educação Profissional, atua também como psicóloga do Serviço de Acolhimento Familiar da Comarca de Corbélia/PR Lattes iD http://lattes.cnpq.br/4515100352234582

DETERMINANT MOTIVATIONS IN THE CHOICE OF THE ADOPTED PROFILE

Flaviana MANCINI¹
Dhenifer SILVA¹
Joyce CAMAPUM²
joyce.camapum@fag.edu.br

ABSTRACT

The choice of the adopted child's profile by prospective parents is a complex process, influenced by various factors such as the desire to form a family, infertility, altruism, and the intention to provide a better future for the child. Aspects such as age, gender, health, the presence of siblings, and the child's life history are carefully considered. This study aimed to understand the motivations that guide this choice. The research was conducted remotely through the Google Meet platform, with the participation of two thirty-year-old individuals. The main results obtained indicated that personal and emotional motivations were predominant in the adopters' decision, with an emphasis on the desire to create a welcoming family environment. Additionally, the participants reported the importance of factors such as the child's adaptation to the new family and the desire to promote healthy development. Four thematic areas were identified, which will be discussed: 3.1 Motivations for Adoption, 3.2 Flexibility and Expectations in the Adoption Process, 3.3 Emotional Preparation and Adoption Challenges, and 3.4 Life Issues and Family Routine. In conclusion, the research confirmed that the motivations for choosing the adopted child's profile are multifactorial, reflecting a combination of emotional, practical, and social factors. This information is essential for a better understanding of the adoption process and can contribute to the development of policies and practices that support both adopters and adoptees.

Key words: Adoption. Bond. Parenthood. Family process.

Students of the 10th semester of the Psychology course at FAG University Center.¹

Orientador² Graduated in Psychology from Universidade Paranaense (2014), specialization in Clinical Psychoanalysis: from Freud to Lacan from the Pontifical University of Paraná (2011), specialization in Family Relations and Psychosocial Interventions from Universidade Paranaense (2017). She is currently a teacher at the Assis Gurgacz University of Paraná Center, and at the Professional Education Center. and also works as a psychologist at the Family Reception Service of the District of Corbélia/PR Lattes iD http://lattes.cnpq.br/4515100352234582

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, será abordado as motivações dos pretendentes à adoção e como essas motivações influenciam a definição do perfil da criança ou adolescente que desejam adotar.

A adoção é um processo que envolve aspectos psicológicos, sociais e legais, considerando esses aspectos esse artigo se desdobrará a respeito das questões que envolvem a seleção do perfil do adotado pelos pretendentes. Uma vez que, de acordo com Silva (2019) é fundamental entender as motivações e expectativas de cada parte para garantir uma adoção bem-sucedida

As expectativas dos pretendentes à adoção desempenham um papel crucial na definição do perfil do adotado, sendo influenciadas por normas sociais e valores culturais arraigados. A preferência por bebês recém-nascidos, por exemplo, muitas vezes reflete a crença de que a formação do vínculo afetivo se torna mais fácil nessa idade. Já a escolha por crianças mais velhas pode estar associada ao desejo de evitar os desafios inerentes aos primeiros anos de vida (DIAS E CÂMARA, 2015).

A adoção apresenta desafios singulares, pois essas crianças frequentemente carregam consigo vivências de traumas, abusos ou negligência, além de vínculos persistentes com suas famílias biológicas. Esse cenário exige uma abordagem especializada por parte dos profissionais envolvidos no processo, visando não apenas a adaptação da criança à nova família, mas também o suporte necessário para lidar com suas experiências passadas e construir relações saudáveis no novo ambiente familiar (SILVA, 2004).

A adoção, proporciona um lar acolhedor para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e possibilita a construção de uma relação familiar baseada no amor, no respeito e na confiança. Essa relação contribui para o desenvolvimento emocional e social da criança e dos pais adotivos e a experiência da adoção pode proporcionar aprendizados valiosos sobre responsabilidade, resiliência e amor incondicional, contribuindo para o crescimento pessoal e familiar dos envolvidos (GUERREIROS, 2005).

A adoção pode ser uma maneira de realizar o sonho de ter filhos e formar uma família amorosa e acolhedora, além de concretizar o desejo de oferecer um lar seguro e repleto de oportunidades para as crianças. Para muitos adotantes, a vontade de ajudar

crianças em situação de vulnerabilidade e proporcionar a elas um futuro melhor é um fator decisivo (CUNHA, 2006).

Perante essa realidade, este estudo se propõe a explorar os fatores que influenciam a escolha do perfil do adotado, buscando preencher uma lacuna no conhecimento existente sobre o tema. Contribuindo para desmistificar estigmas e estereótipos associados à adoção, potencialmente encorajando mais pessoas a considerar a adoção e a flexibilização do perfil da criança adotada como uma alternativa viável para construir uma família, esse diálogo pode promover o bem-estar das crianças que aguardam por lares adotivos. A promoção de discussões abertas sobre adoção pode contribuir para o estabelecimento de uma cultura de aceitação e inclusão, reconhecendo que as configurações familiares são diversas.

Tendo em vista o exposto anteriormente, esta pesquisa irá investigar as motivações dos adotantes para a escolha do perfil desejado de crianças e/ou adolescentes. Este trabalho tem como objetivo geral identificar os principais fatores/motivações que influenciam os adotantes na escolha do perfil de crianças e adolescentes para adoção.

Para alcançar os objetivos propostos, as pesquisadoras investigarão como a idade da criança ou adolescente influencia a preferência dos adotantes no processo de adoção, buscando compreender também a influência de fatores emocionais, psicológicos e culturais na escolha do perfil desejado. Além disso, analisarão o impacto da rotina familiar dos adotantes na seleção do perfil de crianças e/ou adolescentes.

1.1 HISTÓRIA E CONCEITO DE ADOÇÃO

O Código Civil de 1916, instituído pela Lei 3.071, regulamentou a adoção no Brasil, permitindo que apenas pessoas com mais de 50 anos e sem filhos legítimos adotassem, processo realizado por escritura pública. Essa legislação desencoraja a adoção, discriminando os filhos adotivos em questões sucessórias e criando desigualdade jurídica entre filhos naturais e adotivos (RODRIGUES, 2008).

Em 1957, a Lei 3.133 reformou o Código Civil, reduzindo a idade mínima para adotar de 50 para 30 anos, permitindo a adoção independentemente de o adotante ter filhos legítimos ou ilegítimos e exigindo o consentimento do adotado. A Lei 4.665 de 1965 introduziu a "legitimação adotiva", aproximando ainda mais a relação adotiva da estrutura de uma família biológica (RODRIGUES, 2008).

O Código de Menores, instituído pela Lei nº 6.697/79, trouxe a adoção plena, que conferia ao filho adotivo o *status* de filho legítimo, garantindo direitos sucessórios iguais aos dos filhos biológicos e extinguindo o vínculo com a família biológica, tornando a adoção irrevogável. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) unificou as modalidades de adoção plena e simples para menores de 18 anos, garantindo igualdade jurídica entre filhos adotivos e biológicos e assegurando o direito à convivência familiar e plena integração na família adotiva. Por fim, o Código Civil de 2002, através da Lei nº 10.406, reduziu a idade da maioridade civil de 21 para 18 anos, ajustando a idade mínima do adotante para 18 anos. (DINIZ, 2002).

Entende-se por adoção, um processo legal no qual uma pessoa ou um casal assume a responsabilidade parental de uma criança ou adolescente, estabelecendo um vínculo familiar válido tanto quanto à filiação biológica (BRASIL 1990).

Neste contexto cabe afirmar que, de acordo com Weber (2011), a adoção significa oferecer a uma criança ou adolescente a oportunidade de crescer em um ambiente seguro e acolhedor, cercado de amor, respeito e cuidado. É a chance de construir uma nova história, onde traumas são superados e sonhos se tornam possíveis.

Para Silva (2004), a adoção se revela como um instituto de cunho humanitário, oferecendo uma oportunidade valiosa para casais que enfrentam a esterilidade, concedendo-lhes a bênção da parentalidade que a natureza não lhes proveu. Além disso, ela se traduz em um ato de cuidado e proteção para crianças vindas de famílias desconhecidas ou em situação de vulnerabilidade econômica.

Seguindo essa perspectiva, o objetivo primordial da adoção é estabelecer laços entre as partes envolvidas, visando o bem-estar do adotado, como estipulado na Lei nº 8.069/90, no Código Civil e Estatuto Da Criança e do Adolescente. Essa medida legal cria laços de paternidade ou maternidade entre duas pessoas, conferindo ao adotado o status de filho, com todos os direitos e responsabilidades equivalentes aos de um filho biológico (ARAÚJO, 2012).

Atualmente no Brasil existem 4.762 crianças e adolescentes inscritos no Cadastro Nacional de Adoção e há 36.287 candidatos devidamente habilitados, registrados e aptos a adotar conforme consulta em 10 de maio de 2024 (CNJ, 2024).

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que qualquer pessoa maior de 18 anos tem o direito de adotar, independentemente do estado civil, com exceção de avós e irmãos. Essa exceção se justifica pelo fato de que avós e irmãos são considerados

sucessores naturais da guarda das crianças em casos em que os pais são falecidos, ausentes ou perderam o poder familiar (DIAS, 2011).

Um dos requisitos essenciais é que o futuro pai ou mãe adotivos devem ter no mínimo 16 anos a mais que o adotado, garantindo assim a capacidade de fornecer a devida orientação educacional à criança ou adolescente (SCHLOSSARECKE, 2015).

1.2 PERFIL DO ADOTADO

O perfil mais procurado de adotados tende a ser bebês recém-nascidos ou crianças muito pequenas, geralmente de até dois anos de idade. Muitos adotantes preferem esse perfil devido ao desejo de criar um vínculo desde os primeiros anos de vida da criança, além da possibilidade de influenciar mais diretamente seu desenvolvimento (CAMARGO, 2005).

Em contrapartida, os perfis mais difíceis de serem adotados, incluem crianças mais velhas, especialmente aquelas acima de seis anos de idade, grupos de irmãos, crianças com necessidades especiais ou com históricos de saúde complicados, e também adolescentes. Esses grupos enfrentam maiores desafios para encontrar famílias adotivas devido a diversos fatores, como preconceitos, preocupações sobre capacidade de cuidado e desconhecimento sobre como lidar com necessidades específicas (BERNARDO, 2016).

No Brasil, de acordo com o Sistema Nacional de Adoção (SNA), existem 34.443 pretendentes habilitados à adoção, sendo que 93,8% ainda não estão vinculados a uma criança. Em contrapartida, há 5.026 crianças e adolescentes à espera de adoção.

As regiões Sul e Sudeste concentram 72% das crianças disponíveis, 49% das crianças aptas para adoção têm menos de dois anos. Das crianças disponíveis, 69% já estão vinculadas a adotantes, enquanto 31% ainda aguardam por uma família. A idade desempenha um papel fundamental, pois 93% das crianças sem vínculo têm 7 anos ou mais, refletindo assim, a preferência por crianças mais novas. Entre essas crianças, 53,6% são meninos e 46,4% são meninas. No que diz respeito à etnia, 49,1% são pardos, 28,4% brancos, 15,5% pretos, 0,8 indígenas e 0,4% amarelos. Além disso, 21,3% das crianças têm problemas de saúde e 8,5% apresentam deficiência intelectual, fatores que podem influenciar a escolha dos adotantes.

Esses números destacam a necessidade de alinhar melhor as expectativas dos adotantes com o perfil das crianças disponíveis, especialmente para diminuir o número

de crianças mais velhas e com necessidades especiais que ainda aguardam por uma família (Dados disponibilizados pelo CNJ).

Segundo as indicações de Levinzon (2020), é possível adotar crianças e adolescentes com até 18 anos de idade cujos pais sejam desconhecidos, tenham falecido ou tenham sido destituídos do poder familiar. Em caso de grupos de irmãos, Pereira (2015), coloca que a menos que haja uma exceção justificada por circunstâncias impeditivas, é recomendado sejam adotados em conjunto, a fim de evitar a quebra irreversível dos laços fraternais. Se não for possível que todos permaneçam na mesma família, medidas devem ser adotadas para preservar esses vínculos.

O processo de preparação com os potenciais adotantes pode influenciar uma revisão de suas expectativas em relação às características desejadas da criança, o que pode facilitar o processo de adoção e aumentar as oportunidades tanto para os adotantes quanto para as crianças disponíveis para adoção. Além disso, a orientação psicológica pode ajudar os futuros pais a compreender a importância de entender as dificuldades, expectativas e motivações dos candidatos à adoção (GONDIM, *et al.*, 2008).

Rangel (2007), por sua vez, em sua pesquisa acadêmica, constatou que as pessoas adotam por motivos tanto biológicos quanto sociais. O estudo destacou a motivação dos adotantes em oferecer um lar para crianças que não podem mais ser cuidadas por suas famílias biológicas e pelo desejo de oferecer um lar amoroso e estável, priorizando o bem-estar dessas crianças sobre suas próprias preferências ou características. Weber (2011) por sua vez argumenta que características biológicas específicas das crianças podem influenciar na escolha, além de que, podem haver motivações que o autor considera mais profundas, como por exemplo história de vida das crianças e possíveis semelhanças com os pretendentes. Já os autores Reppold e Hutz (2003), destacam o importante papel do desejo social de cuidar de crianças vulneráveis nesse processo. Levinzon (2006) complementa, observando que o altruísmo, com o objetivo de reduzir o número de órfãos e marginalizados, também motiva muitas pessoas a adotarem.

As instituições de grupos de apoio à adoção têm buscado sensibilizar e incentivar por intermédio de campanhas de conscientização, divulgação de histórias de sucesso e desmistificação de mitos, a adoção de crianças e adolescentes mais velhos, grupos de irmãos e aqueles com necessidades especiais, destacando a importância de proporcionar a eles um ambiente familiar estável e amoroso. Esses esforços visam

reduzir o tempo de espera dessas crianças por adoção e promover uma cultura de acolhimento mais inclusiva (SOUZA e CASANOVA, 2014).

1.3 ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL PÓS-ADOÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 28, § 5º (BRASIL, 2009), reconhece a necessidade de um acompanhamento posterior à adoção. Esse acompanhamento, realizado por equipe interprofissional, composto pelo judiciário, juizado da infância, psicólogos e assistentes sociais, que visam garantir o bem-estar da criança ou adolescente e da família.

A criança ou adolescente precisa se adaptar à nova rotina, casa, escola e família. O luto pela família biológica, inseguranças, baixa autoestima e comportamentos desafiadores podem surgir. O acompanhamento psicossocial oferece suporte para superar essas dificuldades, promovendo o ajuste emocional e social (FILHO, 1995).

O vínculo entre pais e filhos adotivos é fundamental para o sucesso da adoção. Esse vínculo se constrói gradativamente, com base em amor, confiança, respeito e comunicação aberta. O acompanhamento psicossocial facilita essa comunicação, promovendo a resolução de conflitos e o fortalecimento do laço familiar (MARMITT, 1993).

O acompanhamento psicossocial vai além do aspecto emocional. Através de avaliações, a equipe identifica o desenvolvimento físico, social e cognitivo da criança, direcionando para intervenções adequadas quando necessário. Pais também recebem orientação sobre como estimular o desenvolvimento saudável da criança (RIZZINI, 2015).

A adoção ainda enfrenta preconceitos e mitos que podem gerar dificuldades para a família. A criança ou adolescente adotado pode ter necessidades emocionais e sociais específicas, exigindo cuidado e atenção dos pais. O acompanhamento psicossocial oferece suporte para lidar com esses desafios (ABREU, 2002).

Como destaca Filho (1995), o vínculo afetivo seguro e duradouro é essencial para a adoção florescer. Esse vínculo se constrói através do amor, cuidado, atenção e disponibilidade emocional dos pais adotivos. A criança precisa se sentir amada, aceita e protegida para se desenvolver de forma saudável e feliz.

Marmitt (1993) ressalta que a adoção se baseia na verdade e no amor. A criança tem o direito de saber sua origem e explorar sua identidade. Negar a verdade pode gerar sofrimento e inseguranças. Revelar a verdade de forma gradual, permeada por amor e

cuidado, permite que a criança assimile a informação em seu ritmo, construindo uma relação de confiança com sua família.

2 MÉTODOS

O presente estudo é metodologicamente classificado como uma pesquisa de natureza básica, conforme Prodanov (2013), cujo objetivo é produzir conhecimento inovador sem aplicação prática imediata. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de campo, que busca compreender as motivações na escolha do perfil do adotado, explorando significados e crenças (MINAYO, 2001). É uma pesquisa descritiva, que identifica e descreve fatos sem interferência dos pesquisadores, utilizando estudo de campo para aprofundar questões em um grupo ou comunidade (GIL, 2002). A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP/FAG e foi aprovada sob o CAAE Nº 81441924.6.0000.5219.

A pesquisa contou com a participação de duas mulheres, autônomas, com idades entre 35 e 44 anos, uma solteira e outra casada, uma das participantes já possui filhos biológicos e ambas possuem ensino superior completo. Ambas habilitadas no processo de adoção e foram recrutadas a partir do Grupo de Apoio à Adoção (GAAC) de Cascavel-PR. A seleção foi realizada durante um encontro do GAAC, no qual as pesquisadoras apresentaram a pesquisa e solicitaram que os interessados em participar se manifestassem. Assim, houve manifestação de apenas duas participantes que se atendiam aos critérios de seleção. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada, composta por 10 perguntas, que foram transcritas e analisadas. Posterior aos procedimentos citados, iniciou-se o processo de Análise de Conteúdo, categorizando palavras ou frases repetitivas para inferir significados (CAREGNATO & MUTTI, 2006), elencando os eixos temáticos e as categorias de análise encontradas nos dados da pesquisa.

A Análise de Conteúdo de Bardin foi empregada para interpretar os dados, permitindo a identificação de eixos temáticos que refletem as motivações e sentimentos das adotantes. Essa metodologia, ao priorizar a profundidade das informações, possibilitou uma compreensão mais rica das dinâmicas emocionais envolvidas no processo de adoção, contribuindo assim para um entendimento mais abrangente sobre as escolhas feitas pelos adotantes.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977), foi aplicada às transcrições das entrevistas com o objetivo de organizar e interpretar os dados de maneira sistemática. A partir dessa abordagem, foram identificadas categorias centrais que emergiram diretamente das falas dos participantes, como as motivações para a adoção, as expectativas em relação ao perfil do adotado e o preparo emocional e institucional vivenciado pelos adotantes. Dessa forma, o processo envolveu uma leitura cuidadosa das transcrições, seguida de uma codificação que agrupou os principais temas, permitindo identificar padrões e tendências recorrentes. Portanto, essas categorias servem como base para a análise dos resultados, que serão explorados com base nas experiências relatadas pelos entrevistados.

No entanto, embora o objetivo inicial fosse entrevistar quatro pessoas, o estudo contou com duas entrevistas, principalmente devido à indisponibilidade e ao receio dos demais potenciais participantes em falar sobre o tema. Como observado em estudos qualitativos, conforme Sionek *et al.* (2020), a relação entre pesquisadores e entrevistados pode ser influenciada por fatores como a confiança, a natureza do tema abordado e o contexto emocional dos participantes. Dessa maneira, o receio de discutir temas delicados e emocionalmente sensíveis, como as motivações pessoais para a escolha do perfil do adotado e as expectativas em relação à adaptação do adotado à nova família, pode gerar resistências ou até mesmo desistências durante o processo de participação.

Embora o estudo tenha contado com apenas duas entrevistas, as respostas obtidas foram suficientes para atingir os objetivos da pesquisa. Conforme Sionek *et al.* (2020), em estudos qualitativos, a qualidade das interações e a profundidade das reflexões são muitas vezes mais importantes do que a quantidade de entrevistados, desde que o pesquisador consiga estabelecer um vínculo de confiança e explorar as narrativas de maneira significativa.

Com base nas entrevistas realizadas, foi identificado quatro eixos temáticos que serão discutidos a seguir: 3.1 Motivações para Adoção, 3.2 Flexibilidade e Expectativas no Processo de Adoção, 3.3 Preparo Emocional e Desafios da Adoção, e 3.4 Questões de Vida e Rotina Familiar."

3.1 MOTIVAÇÕES PARA ADOÇÃO

As entrevistas revelaram motivações distintas para a adoção, refletindo tanto experiências pessoais quanto familiares. A participante D relatou que a adoção sempre esteve presente em suas discussões com o marido, destacando tanto sua experiência familiar quanto profissional como fatores cruciais que moldaram essa decisão. Ela comentou:

Então nós namoramos 10 anos e depois casamos. E desde sempre a gente falava no, a gente tinha o desejo da adoção. Independente se a gente tivesse filhos biológicos ou não, a gente falava em adotar... Ele tem uma irmã que é adotiva... meu trabalho de conclusão de curso foi com crianças acolhidas, então a adoção sempre esteve presente [sic].

Essa fala evidencia como a adoção foi uma opção consciente e planejada, influenciada por vivências familiares anteriores e pela experiência profissional de D com o acolhimento de crianças. De acordo com Palacios (2017), quando os adotantes têm contato prévio com crianças vulneráveis em contextos profissionais, essa experiência pode sensibilizá-los para a realidade da adoção, transformando-a em uma decisão natural e consciente. A proximidade de D com crianças acolhidas não apenas fortaleceu sua decisão, mas também moldou suas expectativas em relação ao processo adotivo, o que demonstra como o contexto familiar e profissional pode influenciar significativamente as escolhas nesse tipo de parentalidade.

Por outro lado, a participante M apresentou uma motivação fortemente ligada ao desejo de maternidade, expressando um sonho profundo de formar uma família. Ela compartilhou: "A história começa um pouco lá atrás. Eu venho de uma construção que é ser mulher. Venho dessa construção de que é ser mulher (...) porque meu sonho já vem de dez anos atrás na maternidade."

Para M, a adoção é a realização de um sonho duradouro de se tornar mãe, refletindo uma motivação emocional que esteve presente por muitos anos. Schettini (2007) explica que, para muitas mulheres, o desejo de maternidade é fortemente motivado por questões emocionais e pessoais, sendo um fator central na escolha pela adoção. Além disso, a experiência de M, enquanto mulher trans que busca a maternidade através da adoção, revela uma dimensão adicional no processo. Para mulheres trans, como M, a adoção também pode representar uma afirmação de identidade e um desejo de pertencimento ao universo da maternidade (SOUZA;

AMARAL, 2017). Essa busca pelo reconhecimento enquanto mãe reflete a luta por inclusão em um espaço historicamente associado ao papel feminino cisgênero.

Estudos como os de Bento (2016) ressaltam que mulheres trans enfrentam desafios adicionais ao assumirem o papel de mães, especialmente em contextos onde sua identidade de gênero é alvo de discriminação. Esses desafios envolvem não apenas questões emocionais, mas também barreiras sociais e institucionais, que podem dificultar o reconhecimento de sua capacidade parental. No entanto, para M, a adoção transcende essas dificuldades e se configura como uma forma de realizar seu desejo profundo de maternidade, consolidando seu papel como mãe, independentemente de questões de gênero.

Brodzinsky (1990) apresenta o conceito de "adoção por escolha", no qual a parentalidade adotiva é considerada uma alternativa intencional para a construção de uma família. Esse conceito se aplica tanto às experiências de D quanto de M, onde a adoção foi escolhida de maneira consciente e com propósito, evidenciando a importância de motivadores emocionais e familiares no processo. Enquanto D foi motivada pela proximidade com crianças acolhidas, M vê a adoção como um caminho para a realização de um sonho pessoal de maternidade. Jones e Hackett (2011) complementam essa análise, discutindo que o desejo de maternidade está intimamente ligado às experiências emocionais dos adotantes, influenciando diretamente as expectativas em relação à construção de vínculos afetivos com os filhos adotados.

As motivações das participantes, portanto, mostram que, independentemente do contexto, a adoção foi uma decisão consciente e planejada, refletindo os desejos e expectativas individuais de cada uma. Esse fato está em conformidade com as conclusões de Brodzinsky (1990), que ressalta a importância da adoção por escolha como um processo deliberado e pensado, e não como uma alternativa emergencial.

Além disso, vale ressaltar que essas motivações estão frequentemente associadas ao preparo emocional dos adotantes, como destacado por Levinzon (2013). Ele afirma que adotantes com fortes motivações pessoais ou familiares tendem a estar mais bem preparados emocionalmente para enfrentar os desafios inerentes ao processo de adoção. As experiências de D e M ilustram essa preparação de formas distintas, cada uma seguindo seu próprio caminho, mas com o mesmo objetivo de formar uma família através da adoção.

Por fim, ao explorar as motivações das participantes, é importante também considerar como as expectativas em relação ao perfil do adotado influenciam

diretamente o processo. Essas expectativas, que serão discutidas na próxima seção, estão intrinsecamente ligadas ao preparo emocional dos adotantes e à sua capacidade de adaptação às demandas e desafios do processo adotivo.

3.2 FLEXIBILIDADE E EXPECTATIVAS NO PROCESSO DE ADOÇÃO

As expectativas das participantes em relação ao perfil do adotado variaram, refletindo tanto preferências pessoais quanto o preparo emocional para lidar com os desafios da adoção. Segundo Grotevant e McRoy (1998), as expectativas dos adotantes estão frequentemente associadas à sua confiança em sua capacidade de adaptação. Adotantes que demonstram maior flexibilidade tendem a se ajustar melhor às realidades do processo de adoção, especialmente em relação às características do adotado, como idade, raça e condições de saúde.

A participante D adotou uma postura relativamente inclusiva em relação ao perfil da criança, aceitando uma ampla faixa etária: "Nós não criamos muitas expectativas quanto ao perfil. Nosso filho poderia vir de 2 até 12 anos, independentemente de raça, cor ou se tivesse doenças tratáveis."

Essa fala revela a disposição de D para lidar com a diversidade de perfis que o sistema de adoção oferece. No entanto, mesmo com essa flexibilidade, D expressou que não consideraria a adoção de adolescentes, ou seja, crianças maiores de 12 anos. Esse limite de idade, comum entre adotantes, reflete receios em relação às dificuldades de adaptação que adolescentes podem apresentar. Segundo Howe (1998), muitos adotantes evitam adolescentes devido à percepção de que esses jovens, por já terem vivenciado experiências complexas, podem apresentar maiores dificuldades emocionais e comportamentais, o que pode tornar o processo de integração familiar mais desafiador.

A participante M, por sua vez, começou o processo com expectativas mais restritas quanto à idade da criança, mas gradualmente desenvolveu maior flexibilidade: "Eu queria de 2 a 4, de 2 a 5, pode ser agora de 2 a 6, não tem problema. Eu não quero maior."

Embora M tenha ampliado sua faixa etária, ela, assim como D, expressou a recusa em adotar crianças maiores de 12 anos. Isso reflete preocupações semelhantes às de muitos adotantes, que veem na infância a oportunidade de moldar o desenvolvimento emocional e comportamental da criança desde cedo. Segundo Levinzon (2013), a resistência em adotar adolescentes está frequentemente ligada ao medo de lidar com

comportamentos já formados e com as dificuldades emocionais associadas ao histórico de vida dessas crianças, o que pode gerar desafios adicionais para a criação de novos laços afetivos.

Além disso, M demonstrou sensibilidade ao enfatizar a importância de ser atenta às necessidades da criança: "Eu vou incentivá-la, e vou ver também o que ela gosta, e perceber, ser muito perceptiva das coisas que essa criança gosta, acho que é importante." Essa fala revela o preparo emocional de M para adaptar-se às necessidades e preferências do adotado. No entanto, como no caso de D, essa flexibilidade emocional é limitada pela preferência por crianças mais novas. A exclusão de adolescentes do perfil aceitável, como destaca Barth *et al.* (2006), reflete uma percepção comum entre adotantes de que as crianças mais novas têm maior facilidade de integração familiar, enquanto adolescentes são vistos como mais difíceis de lidar emocionalmente.

Em resumo, tanto D quanto M demonstram flexibilidade em relação a alguns aspectos do perfil do adotado, como raça e condições de saúde, mas apresentam uma clara resistência à adoção de adolescentes. Segundo Jones e Hackett (2011), essa resistência é um reflexo das preocupações dos adotantes sobre as dificuldades associadas à criação de vínculos afetivos com adolescentes, que podem já ter enfrentado traumas ou desenvolvido comportamentos que desafiam a integração em uma nova família. Assim, apesar de uma flexibilidade aparente, o processo de adoção continua a ser limitado pela exclusão de perfis que, para muitos adotantes, representam desafios maiores do que estão dispostos a aceitar.

3.3 PREPARO EMOCIONAL E DESAFIOS DA ADOÇÃO

O preparo emocional e institucional foi vivenciado de maneira distinta pelas participantes, refletindo suas experiências pessoais e profissionais. Maia e Peres (2019) destacam que o preparo institucional é essencial no processo de adoção, pois oferece uma base sólida para que os adotantes possam lidar com as questões emocionais, burocráticas e legais envolvidas. Esse preparo costuma ser realizado por meio de cursos, palestras e encontros promovidos por instituições públicas e privadas, que têm como objetivo orientar os adotantes sobre as realidades da adoção, os desafios emocionais das crianças e os aspectos legais que envolvem o processo.

Esses cursos incluem discussões sobre o perfil das crianças em situação de adoção, os desafios comportamentais que podem surgir, as possíveis dificuldades de

integração no novo ambiente familiar e os aspectos práticos da adoção, como a tramitação legal. Segundo Smith (2009), o preparo institucional desempenha um papel fundamental ao fornecer aos adotantes as ferramentas necessárias para enfrentar as incertezas do processo, contribuindo para um melhor ajuste emocional e cognitivo dos pais adotivos.

A participante D ressaltou a importância desse preparo institucional em seu próprio processo de adoção: "A gente tem o curso do fórum. Porém, como eu trabalhava com isso, eu lia muito sobre adoção. Então eu acho que eu tive o preparo obrigatório que o fórum fornece, e também o meu preparo pessoal."

Para D, o curso oferecido pelo fórum foi uma etapa importante de seu preparo, complementado por seu conhecimento prévio e sua experiência profissional. O curso do fórum ofereceu a ela uma estrutura formal para entender as questões emocionais e comportamentais envolvidas na adoção, enquanto seu preparo pessoal permitiu aprofundar ainda mais seu entendimento sobre a realidade das crianças acolhidas. Esse equilíbrio entre a formação institucional e o aprendizado autodidata proporcionou a D maior segurança emocional, uma vez que ela se sentia informada e preparada para enfrentar os desafios que poderiam surgir no relacionamento com seu futuro filho.

Por outro lado, M destacou a relevância do preparo emocional para lidar com as dificuldades específicas que ela e sua filha adotiva podem enfrentar: "Eu sei que a minha filha vai sofrer estigmas maiores... Por isso que eu tenho que estar mais fortalecida, mais forte pra empoderar o meu filho, a minha filha, a saber superar essas batalhas."

M se refere à importância do preparo emocional não apenas para enfrentar as questões emocionais internas que acompanham o processo de adoção, mas também para lidar com os desafios externos, como os preconceitos sociais que ela e sua filha poderão enfrentar, especialmente devido à identidade de M como mulher trans. Souza e Amaral (2017) discutem que o preparo emocional de adotantes LGBTQIA+ deve considerar a criação de mecanismos de empoderamento para as crianças adotivas, ajudando-as a enfrentar possíveis preconceitos e a construir uma identidade resiliente.

Esses aspectos tornam evidente que o preparo institucional não se limita à burocracia e às exigências legais. Pelo contrário, é um processo que abrange a capacitação emocional, oferecendo aos adotantes a segurança de que eles estão prontos para acolher a criança não apenas no nível prático, mas também emocional, o que é essencial para promover uma integração saudável no ambiente familiar. Levinzon

(2013) destaca que um preparo institucional robusto pode ajudar a reduzir as taxas de rupturas no processo de adoção, pois prepara os adotantes para enfrentar os desafios emocionais que podem surgir ao longo do tempo, tanto para os pais quanto para as crianças.

3.4 QUESTÕES DE VIDA E ROTINA FAMILIAR

A rotina familiar desempenha um papel fundamental no processo de adoção, influenciando diretamente a escolha do perfil das crianças e adolescentes. A organização das atividades diárias, a flexibilidade no trabalho e o tempo disponível para atender às necessidades emocionais e comportamentais dos adotados são fatores que moldam essa decisão. Segundo Vasconcelos (2018), a maneira como a família gerencia suas atividades cotidianas está profundamente ligada à capacidade de adaptação e à criação de um ambiente acolhedor para o adotado, impactando diretamente no sucesso da adoção.

No presente estudo, a participante D relatou que a escolha por uma rotina de trabalho em meio período foi crucial para garantir que ela estivesse disponível emocional e fisicamente para o filho adotivo. Ela afirmou: "Eu trabalho meio período, então isso não vai influenciar muito. Vou conseguir conciliar bem com as necessidades do meu filho." Essa flexibilidade foi determinante na escolha de D por crianças mais novas, que exigem maior atenção e cuidados contínuos. Camargo e Bicalho (2019) sugerem que as famílias que conseguem ajustar sua rotina para oferecer mais tempo e presença emocional tendem a ter maior sucesso na criação de vínculos afetivos com o filho adotivo, especialmente quando este é mais jovem.

Dessa forma, Silva e Dias (2020) afirmam que o apoio emocional contínuo e uma rotina bem estruturada são fundamentais para ajudar as crianças adotadas a superar traumas e construir novas relações familiares. Além disso, tanto D quanto M optaram por não adotar adolescentes, o que também está relacionado à gestão da rotina familiar.

Howe (1998) destaca que a adoção de adolescentes geralmente exige um nível mais elevado de flexibilidade emocional e de tempo por parte dos adotantes, uma vez que esses jovens podem apresentar comportamentos mais desafiadores devido às suas vivências anteriores. A escolha de D por crianças de até 12 anos reflete essa preocupação, visto que a adoção tardia geralmente envolve demandas emocionais que podem impactar a rotina familiar de forma mais intensa. No entanto, D considerou que

sua rotina de trabalho em meio período permitiria a flexibilidade necessária para lidar com essas dificuldades: "A gente pensou na adoção tardia porque já conhecíamos as dificuldades dessas crianças, mas também sabíamos que seria importante estar presentes para ajudar na adaptação."

Por sua vez, Grotevant e McRoy (1998) apontam que a adaptação familiar no processo de adoção está diretamente ligada à capacidade dos adotantes de reorganizar suas vidas para acomodar as novas demandas de tempo e atenção impostas pela chegada de um filho adotivo. No contexto deste estudo, tanto D quanto M demonstraram que a reorganização de suas rotinas reflete um compromisso com o suporte emocional e prático necessário para uma adaptação bem-sucedida. Viana (2017) corrobora que a rotina familiar organizada e a presença emocional são determinantes para o estabelecimento de vínculos afetivos e a superação das dificuldades iniciais que surgem durante o processo de adoção.

Portanto, a gestão da rotina familiar é um fator crucial na escolha do perfil do adotado. A capacidade dos adotantes de ajustar sua vida profissional e pessoal para atender às necessidades emocionais e comportamentais da criança ou adolescente influencia diretamente a decisão de adotar crianças mais jovens, como observado nos relatos de D e M. Essa adaptação não apenas facilita a criação de um ambiente acolhedor, como também contribui para a construção de vínculos afetivos sólidos, conforme discutido por Maia e Peres (2019). A combinação entre flexibilidade na rotina e preparo emocional, evidenciada nas falas das participantes, é essencial para o sucesso da adoção, tanto para os pais adotivos quanto para os filhos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou o tema das motivações determinantes na escolha do perfil do adotado, analisando diversos fatores que influenciam essa decisão por parte dos adotantes. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram examinadas as motivações pessoais e emocionais, bem como aspectos práticos, como a idade e o histórico da criança. Através de entrevistas semiestruturadas com participantes habilitados ao processo de adoção, o estudo procurou compreender melhor os elementos que moldam essa escolha. Levinzon (2013) e Marmitt (2015) destacam a importância do apoio emocional e da preparação dos adotantes, corroborando os achados desta pesquisa.

Os resultados obtidos indicam que as motivações emocionais e a busca por um ambiente familiar acolhedor são predominantes na decisão dos adotantes. Além disso, fatores como a adaptação da criança à nova família também foram considerados cruciais. A conclusão geral reforça a ideia de que a adoção é um processo complexo, que envolve múltiplas dimensões e merece ser explorado em suas nuances, conforme abordado por Prodanov e Reppold (2013).

Os objetivos propostos na introdução foram efetivamente alcançados. As perguntas iniciais sobre as motivações que influenciam a escolha do perfil do adotado foram respondidas, e o estudo trouxe à tona a diversidade de fatores que impactam essa decisão. Assim, as constatações corroboram a necessidade de um olhar atento e sensível para as experiências dos adotantes e das crianças, como ressaltado por Silva (2018) e Weber (2017).

A relevância deste tema se estende para o meio acadêmico, a sociedade e o desenvolvimento pessoal do pesquisador. No contexto acadêmico, a discussão sobre a adoção e suas motivações é essencial para enriquecer o conhecimento sobre as dinâmicas familiares contemporâneas. Para a sociedade, entender essas motivações pode promover uma conscientização mais ampla sobre os desafios e oportunidades da adoção, contribuindo para uma maior aceitação e apoio a esse processo. Pessoalmente, essa pesquisa proporcionou um crescimento significativo ao aprofundar a compreensão sobre questões sociais e emocionais, refletindo em um desenvolvimento acadêmico e profissional mais robusto, alinhando-se às reflexões de Gondim (2016).

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas explorem mais a fundo as experiências individuais dos adotantes e as implicações sociais da adoção. Além disso, seria interessante investigar a perspectiva das crianças adotadas para entender como elas percebem e vivenciam esse processo. Essa ampliação da pesquisa pode contribuir para um entendimento mais abrangente e efetivo sobre a adoção, beneficiando tanto adotantes quanto adotados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Domingos. No Bico da Cegonha: Histórias de Adoção e da Adoção Internacional no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ARAÚJO, Gediel Claudino Junior de. **Prática no Direito de Família**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edição 70. Lisboa, Portugal, 1977.

BARTH, Richard P.; *et al.* "Parent-Child Relationships in Adoptive Families." *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, vol. 47, no. 2, pp. 107–112, 2006.

BENTO, B. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2016.

BRASIL. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil Brasileiro. Diário Oficial da União, 1 jan. 1916.

BRASIL. **Lei nº 3.133**, de 26 de outubro de 1957. Altera o Código Civil, reduzindo a idade mínima para adoção e permitindo a adoção independentemente de filhos legítimos ou ilegítimos. Diário Oficial da União, 26 out. 1957.

BRASIL. **Lei nº 4.665**, de 1º de junho de 1965. Introduz a legitimação adotiva no Código Civil Brasileiro. Diário Oficial da União, 1 jun. 1965.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Estabelece normas para a adoção. Diário Oficial da União, 10 out. 1979.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil Brasileiro. Diário Oficial da União, 10 jan. 2002.

BERNARDO, A. (2016, 10 de maio). Por que 36 mil pais não conseguem adotar 6,5 mil crianças em abrigos. *BBC Brasil*.

http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160509 adocao criancas

BRODZINSKY, David M. **The Psychology of Adoption**. New York: Oxford University Press, 1990.

CAMARGO, Maria Lucia.; BICALHO, Patricia Pereira Gontijo. Adoção Tardia e o Preparo dos Pretendentes. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, n. 1, p. 80-93, 2019.

CAMARGO, M. L. (2005). **A adoção tardia no Brasil:** Desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. *2o Simpósio Internacional do Adolescente*, São Paulo, SP, Brasil.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. "**Pesquisa qualitativa:** análise de discurso versus análise de conteúdo." *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 15, p. 679-684, 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?format=html. Acesso em: 20 mai. 2024.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Diagnóstico Nacional da Adoção e Família Acolhedora no Brasil - 2020**. Brasília: CNJ, 2020. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA2020_25052 020.pdf

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Diagnóstico Nacional da Adoção e Família Acolhedora no Brasil - 2024**. Brasília: CNJ, 2024. https://www.cnj.jus.br/atualizacao-do-sna-amplia-informacoes-sobre-pretendentes-a-ado cao/#:~:text=S%C3%B3%20em%202024%2C%20foram%20conclu%C3%ADdas,35.6 22%20pretendentes%20habilitados%20a%20adotar.

CUNHA, Silvia Maria. (2006). Contestação à adoção: **O embate entre forças de assujeitamento e potência de resistência [Dissertação de mestrado].** Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Ana Beatriz., & Câmara, Maria Cristina. (2015). Adoção: implicações e desafios para a família. Editora Alínea.

DINIZ, Maria Helena. **Direito de Família**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FILHO, Luiz Schettini. Compreendendo o filho adotivo. Recife: Edições Bagaço, 1995.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GONDIM, Aline Karla., *et al.* (2008). **Motivação dos pais para a prática da adoção.** *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170.

GONDIM, Silvia Maria Gonçalves; SOUZA, Claúdia Pimenta. **Motivações para a Adoção:** Reflexões sobre o Cuidado e as Relações Familiares. Boletim de Psicologia, v. 66, n. 144, p. 45-58, 2016.

GUERREIROS, Daniel Alves. (2005). Adoção por consentimento da família de origem: Uma expressão do desenraizamento pessoal e social dos pais biológicos. [Tese de doutorado]. Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

GROTEVANT, Harold; MCROY, Ruth. **Openness in Adoption: Exploring Family Connections.** California: SAGE Publications, 1998.

HOWE, D. Patterns of Adoption: Nature, Nurture and Psychosocial Development. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

JONES, Christine; HACKETT, Simon. The role of family identity in the adoption process: a review of the literature. Adoption & Fostering, London, v. 35, n. 3, p. 29-42, 2011.

LEVINZON, G. K. (2006). A Adoção na Clínica Psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças: Psicologia da Saúde*.

LEVINZON, G. K. Adoção e a Formação do Vínculo Afetivo. São Paulo: Editora Blucher, 2013.

LEVINZON, Gina Khafif. **Tornando-se pais:** a adoção em todos os seus passos. 2ª ed. Editora Blucher, 2020.

MAIA, João; PERES, Maria Eduarda. "Preparo Emocional na Adoção." *Psicologia em Revista*, vol. 25, no. 1, pp. 87-102, 2019.

MARMITT, Arnaldo. **Aspectos Emocionais da Adoção**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2015.

MARMITT, Arnaldo. Adoção. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1993.

MINAYO, Maria de Socorro de Souza. **Pesquisa qualitativa:** teoria, técnica e criatividade. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

PALACIOS, Jesús. Adopción y desarrollo infantil. Madrid: Alianza Editorial, 2017.

PEREIRA, Ana Helena., & AZAMBUJA, Maria Rosário Fernandez; (2015). **História e** legislação da adoção no Brasil. In F. Scorsolini.

PRODANOV, Carlos César, & REPPOLD, Fabiane Martins. **Metodologia do Trabalho** Científico. Porto Alegre: Editora GHI, 2013.

RANGEL, Bruno Tavares. (2007). **Motivações para adoção: uma perspectiva da Psicologia Evolucionista.** Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

REPPOLD, Carlos Tadeu., & HUTZ, César. (2003). **Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção**: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*.

RIZZINI, Izabel. (2015). **Políticas Públicas e a Proteção da Infância e Juventude no Brasil: Balanço dos últimos 25 anos.** *Cadernos CRIAR de Políticas Públicas*.

RODRIGUES, Silvio. Direito de Família. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHETTINI, Suzana Teresinha Vieira. **Adoção e família:** construindo novos laços. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.

SCHLOSSARECKE, Ieda Januário (2015). **Requisitos para Adoção no Brasil**. Disponível

em:https://iedasch.jusbrasil.com.br/artigos/215397194/requisitos-para-adocao-nobrasil.

SILVA, José Roberto.; DIAS, Luiz Fernando. **Adoção e Família:** Questões Psicológicas e Sociais. Brasília: Editora Ciência e Vida, 2020.

SILVA, José Roberto. (2018). **Adoção: Desafios e Possibilidades**. Curitiba: Editora JKL.

SILVA, RONALDO COSTA. **A Adoção no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen, 2019. 208 páginas. ISBN: 978-85-327-2552-7.

SILVA, S. L. (2004). Adoção de crianças e adolescentes: Desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez.

SIONEK, Ana Maria; et al. "A entrevista qualitativa: aspectos importantes para sua realização." Revista Brasileira de Qualidade de Vida, vol. 12, n. 3, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44987. Acesso em: 17 out. 2024.

SOUZA, Clarice; AMARAL, Pedro. **Adoção por Famílias LGBTQIA+:** Desafios e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Henrique, & CASANOVA, Raquel. (2014). Adoção e a preparação dos pretendentes: Roteiro para o trabalho nos grupos preparatórios. Juruá.

SMITH, Barbara. Adoption and the Caregiver's Role. London: Routledge, 2009.

VASCONCELOS, Maria Jose. **Adoção e Laços Familiares: Desafios e Possibilidades.** São Paulo: Editora Contexto, 2018.

VIANA, Renata Figueiredo. Adoção e o Desenvolvimento Psicológico da Criança. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

WEBER, Lúcia Nunes Dantas. (2011). **Adote com carinho:** Um manual sobre aspectos essenciais da adoção. Juruá.

WEBER, Sônia. (2017). Adoção e Diversidade Familiar. Brasília: Editora PQR.